

Carta aberta

Estamos todos diante de desafios de enormes proporções. Nunca na História havíamos registrado circunstância semelhante a que nos impõe a Pandemia Covid-19. Até a chegada da vacina, estamos destinados a nos confrontarmos com situações-limite em todos os campos.

No caso das escolas, o afastamento social compulsório subverte a rotina e impossibilita a manutenção dos enquadres convencionais. Tendo chegado a uma situação tão extrema, resta-nos ampliar a perspectiva. Não se trata de problema exclusivo das escolas brasileiras. É fenômeno mundial: situações semelhantes estão sendo vividas e enfrentadas também pelas escolas de outros países.

Naturalmente, os cuidados com a saúde de todos serão priorizados. Sendo problema planetário, há muito a ser aprendido com a experiência dos países que nos antecederam no processo pós-pandemia. Epidemiologistas desempenham papel fundamental orientando quanto a procedimentos e cuidados que trarão novas rotinas para as escolas. Já contamos com experiências de países como Itália, Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Alemanha e Canadá, que desenvolveram protocolos que convergem em vários pontos. Pouco a pouco, vai se consolidando um consenso acerca dos protocolos e condições de segurança. Podemos ainda mencionar os de instituições como: UNESCO, OCDE, Fiocruz, Federação Nacional das Escolas Particulares e os de cada um dos 22 Sindicatos das Escolas Particulares, além das orientações oficiais dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

No momento, é muito remota a possibilidade de um consenso absoluto entre todas as perspectivas. Mas apesar de algumas controvérsias, vão se

estabelecendo os pontos de convergência para viabilizar as atividades presenciais, ainda que de forma parcial e controlada.

Já está claro que dado o afastamento necessário, uma das soluções tem sido a redução dos efetivos em salas de aula, subdividindo turmas. Como as escolas não terão condições de receber todos os alunos simultaneamente, algum rodízio irá se impor.

Dentre as possibilidades, haverá a alternância provisória entre atividades presenciais e não presenciais, o que tornará ainda mais complexo o planejamento de qualquer ação pedagógica.

Cada escola zela, permanentemente, pelas devidas condições de segurança de todos. Mas cada família tem a prerrogativa de discernir o momento em que se sentirá confortável em levar o seu filho para participar de alguma atividade presencial.

O momento requer solidariedade, resiliência e colaboração para o bem dos nossos alunos, escolas e da sociedade como um todo. É cada vez mais consensual a relevância da Educação Básica pela função estratégica que exerce e pela contribuição que traz para o desenvolvimento de qualquer sociedade em seu processo civilizatório.

O grau de civilidade de uma nação, ou grupo social, pode ser estabelecido em função do cuidado e da importância atribuída à formação de suas novas gerações. Quanto mais evoluída é uma sociedade, mais ela preza e investe na formação de seus filhos e mais valoriza aqueles que escolhem se engajar nesse ramo de atividade. A educação é um setor cuja presença gera efeitos benéficos, que não se restringem ao seu público diretamente atingido: sua atuação reverbera positivamente por todo o conjunto da sociedade.

Promulgada em 1996, a LDB em vigor completará 25 anos no ano que vem. No atual contexto causa profunda inconformidade o fato de, decorrido um quarto de século, o Brasil chegar à terceira década do novo milênio ainda com seu sistema de ensino com tantas limitações no que se refere à promoção de trajetórias escolares que possam transformar vidas, promover a equidade, fazer a diferença e ser eficaz para a superação das profundas

desigualdades sociais que, ainda hoje, põem o nosso país no topo do mais constrangedor dos *rankings*.

No que está ao seu alcance, o ensino privado brasileiro faz a sua parte. Ele é composto por mais de 40 mil instituições em que trabalham milhares de professores e atendem diferentes perfis de alunos, sendo cerca de 8 milhões na Educação Básica. Ele desonera, portanto, o Estado da sobrecarga que representaria esse volume de alunos na rede oficial, mas traz, sobretudo, aquela que é sua mais importante contribuição: por sua atuação, promove a diversidade de opções que marcam as sociedades democráticas, nas quais é direito de cada família discernir o tipo de escolaridade que corresponde às expectativas que alimenta.

No Município do Rio de Janeiro são mais de 480 mil alunos, o que corresponde a 36% do total das matrículas. Na Educação Infantil são 117 mil estudantes, dos quais mais de 60 mil em creches. As escolas privadas arcam com todo esse contingente, desonerando o município da sobrecarga que isso representaria. São mais de dois mil estabelecimentos de ensino que empregam mais de 27.000 docentes.

No entanto, além de sofrer o impacto direto imposto pela pandemia, o setor também esteve, ao longo dos últimos meses, à mercê de interferências deliberadas do poder público. A falácia dos abatimentos lineares compulsórios foi semeada por toda a sociedade, inoculando e contaminando a relação das famílias com as escolas de seus filhos com o vírus da desconfiança.

As atrocidades perpetradas contra as escolas são de tal ordem que bastaram poucos meses para termos como cenário o iminente retraimento do setor. A queda de receita atinge na média 25% do faturamento, o que condena as escolas a um desequilíbrio agudo. A resultante dessas medidas tem impacto tão violento que logo ficará evidente. Se o atual rumo for mantido, marchamos de forma inexorável para o fechamento – em futuro bem próximo – de 10 a 20% das escolas de Ensino Médio e Fundamental, de 20 a 30% das escolas de Educação Infantil e de 30 a 40 % das creches.

Nesse capítulo impressiona constatar que a ação deliberada das autoridades e do sistema governamental tenha sido ainda mais nefasta do que a pandemia e seus efeitos diretos. A alegada defesa do consumidor e de

seus direitos pode angariar votos, mas não passa de medida populista e irresponsável. Foi vendida ao público uma miragem destituída de qualquer sustentabilidade, que irá privar muitos alunos das escolas que eles tinham como suas. Em pouco tempo, os responsáveis por essa devastação terão contas a prestar perante os consumidores cujos supostos direitos eles alegavam defender. Mas terão os seus currículos, biografias e nomes definitivamente associados à quebradeira de escolas. Assim escolheram entrar para a História.

Na medida de suas possibilidades e de seu fôlego, as Escolas Particulares cariocas renovam o propósito de contribuir para a construção de um futuro melhor para todos. Fazem a sua parte, mobilizando sua eficiência, qualidade, criatividade e efetividade. Oferecem, de boa fé, o seu propósito e compromisso com o bem comum.

Mas, para que possam acolher seus alunos e desempenhar a sua função no que se refere à formação das novas gerações, convém que, por sua vez, elas mesmas sejam amparadas e apoiadas pela sociedade.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2020.

Jose Carlos da Silva Portugal

Presidente do Sinepe Rio

Escola Particular: Liberdade e democracia começam aqui.